



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 10/2015

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 27 de maio de 2015*

----- Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas quinze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 09/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 13 de maio de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-  
dois da Tesouraria (n.º98) respeitante ao dia 26 de maio, que apresentava os  
seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.462.660,99; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.108.186,20; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 347.062,64. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente interveio para  
dar a boas vindas ao público presente e agradecer aos vereadores da oposição  
a alteração do horário da reunião de Câmara, uma vez que o mesmo coincidia  
com as cerimónias fúnebres da conterrânea Sónia Martins. Introduziu de  
seguida um documento, no ponto nove da ordem de trabalhos, nomeadamente o  
caderno de encargos, referente à prestação de serviços de assistência e  
administração do sistema informático. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para fazer uma breve  
retrospectiva das iniciativas ocorridas no concelho, nomeadamente pelo facto do  
Grupo Desportivo de Alcoutim (GDA) ter renovado a posição no Top 10 a nível  
nacional, a I Edição da Feira do Borrego, em Giões, iniciativa “que correu  
bastante bem”, e que após balanço verificou-se que deverá ocorrer uma  
alteração de datas, uma vez que a mesma acarreta uma grande logística e pelo  
facto de se realizar próximo da data, da Feira de Artesanato. Deu ainda nota do  
Campeonato de Malha, realizado em Martim Longo, bem como da representação  
do stand da Edilidade, no Festival Islâmico, em Mértola. Findou endereçando  
uma palavra de apreço aos alunos da Associação de Guitarras do Algarve (Polos  
de Alcoutim e Martim Longo), pelo espetáculo proporcionado, no dia 23 de  
maio, na Casa dos Condes. -----

----- O presidente interveio para dar nota que a I Edição da Feira do  
Borrego, foi iniciativa e organização da Junta de Freguesia de Giões, com o  
apoio financeiro e logístico da Autarquia de Alcoutim. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para alertar o vereador Paulo  
Paulino, que segundo o convite enviado, o evento (Feira do Borrego) foi  
organizado pela Junta de Freguesia de Giões, dado que o mesmo se referiu à  
iniciativa, “como se fosse uma organização da Câmara Municipal”. Continuou

a sua intervenção, agradecendo igualmente a presença do público, tendo questionando de seguida se o sr. presidente averiguou, sobre a situação dos convites do 25 de abril, “e a que conclusão chegou?”. -----

----- O presidente interveio para informar que após averiguação dos factos não se consegue provar/determinar o número de convites remetidos, no referido dia, dado que não se encontram registados, no serviço de expediente da Autarquia. Findou questionando se os vereadores opositores receberam os convites, referentes à Inauguração do Espaço Guadiana. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que existem assuntos/matérias que devem ser esclarecidos, e que em sua opinião a Câmara Municipal de Alcoutim, deverá solicitar explicações aos CTT, dado que os “convites foram garantidamente enviados”, conforme palavras do sr. presidente, endereçando de seguida um agradecimento, pelo envio dos convites do Edifício Espaço Guadiana. Continuou a sua intervenção referindo que “acha muito estranho” que o tipo de letra dos envelopes, dos vereadores opositores seja diferente dos restantes envelopes do protocolo. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que a situação foi detetada, nomeadamente que a “fonte dos vereadores da oposição era diferente” do restante protocolo, aquando do envio dos convites da Inauguração do Espaço Guadiana, porém “é a minha palavra, aceita-a se quiser”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que a explicação só é dada após os argumentos apresentados, pelos vereadores opositores, todavia, não coloca em causa o referido, mas considera que os esclarecimentos deveriam “ter ocorrido antes”, tendo o vereador Paulo Paulino acrescentado que a situação foi detetada. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção frisando que na última reunião do executivo foram “acusados de mentirosos, por não recebermos os convites”, e que o executivo permanente “poderá ter a ambição de serem tão sérios como nós, mas mais não serão”. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para frisar que existiu a mesma insinuação por parte dos vereadores opositores, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para mencionar que existem provas, referentes a outras iniciativas/eventos, que constam em Ata, e como tal considera que deveria

existir um reconhecimento do erro. Alertou de seguida para o estatuto do direito à oposição. -----

----- O vereador José Galrito interveio para mencionar que não existe intenção por parte do executivo permanente, em “colocar de parte os vereadores da oposição”, dado que os mesmos fazem parte da Câmara Municipal. Adiantou que poderá ter ocorrido um erro, em alguma parte, no entanto, como estão em patamares distintos, não poderá haverá constatação dos factos, reforçando ainda que convites foram remetidos, tendo em conta o protocolo, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para referir que o procedimento deverá ser alterado futuramente. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup> Dalila Barros usou da palavra para mencionar que corrobora com o referido pelo vereador José Galrito, no entanto, considera que deve existir igualmente entendimento, pela a outra parte, dado que “são duas as pessoas que não receberam os convites no correio”, bem como mencionar que lamenta e “não gostou” das palavras proferidas pelo vereador Paulo Paulino, uma vez que o mesmo “acusa-nos indiretamente de estar a mentir”. De seguida questionou se o sr. presidente “já procedeu à averiguação do porquê das revistas municipais terem sido apagadas do site da Autarquia?, uma vez que não obteve quaisquer explicações e “já passaram dez dias”. -----

----- O presidente interveio para informar que as revistas municipais não foram apagadas do respetivo site, e que a anomalia prende-se porque as mesmas ainda não foram carregadas, no novo site, porém, já foram dadas instruções no sentido de corrigir a situação. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup> Dalila Barros usou da palavra novamente para mencionar que o sr. presidente “deve arranjar” uma explicação mais plausível, dado que foram carregados outros assuntos/matérias (atas, folhetos, etc.) menos as revistas municipais, tendo o presidente usado da palavra para acrescentar “que tem que dar uma explicação verdadeira, e a seu tempo as mesmas serão carregadas”. A vereadora continuou a sua intervenção solicitando que as revistas municipais estivessem no site, e que “não demorasse um ano essa reposição”, lamentando de seguida o facto da página da autarquia conter erros, cujas alterações ocorrem “há mais de um ano”. -----

-----O vereador Paulo Paulino interveio para acrescentar que os erros/anomalias já foram corrigidas. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para mencionar que o sr. presidente “argumenta que é transição de um site para o outro, porque não aceita a retirada das revistas”, no entanto, após a reunião de Câmara, efetuou uma avaliação do sitio da internet e detetou que só se encontra online uma revista, e como tal considera que após o alerta dos vereadores da oposição, os responsáveis da Edilidade, deveriam “ter dado ordens”, no sentido de os funcionários colmatarem a anomalia, “e até hoje as revistas não foram carregadas”. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALCOUTIM/POVOAÇÕES DE DESERTO, FERNANDILHO, CABAÇOS, VÁRZEA E MONCHIQUE – Ajuste Direto/Ratificação:** Foi presente uma proposta do sr. vice- presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à respetiva ratificação do despacho de abertura do procedimento para a prestação de serviços para elaboração da alteração do Plano Diretor Municipal de Alcoutim (PDM) – Povoações de Deserto, Fernandilho, Cabaços, Várzea e Monchique, proferido em 05 de maio de 2015, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar o porquê de ser só cinco perímetros para promover a delimitação de novas áreas de habitação rural, e não mais, tendo o presidente solicitando de seguida a colaboração/intervenção do Chefe de Divisão Eng.º Henrique Hou, a fim de prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- O Chefe de Divisão, Eng.º Henrique Hou usou da palavra para mencionar que no referido documento encontram-se delimitadas “áreas de habitação rural” em espaço urbanizável, contudo, alguns aglomerados (cerca de 46) encontram-se fora das “áreas de habitação rural”, submissos à classe de

espaço onde se encontram inseridos, provocando alguns constrangimentos em fase de análise de processos de urbanismo, e como tal para contrariar essa tendência, torna-se necessário corrigir estes perímetros, por meio de uma revisão (processo mais lento) ou uma alteração (processo mais rápido) do PDM de Alcoutim, sendo que uma alteração só poderia ocorrer num universo mais pequeno de aglomerados (aproximadamente 5), por indicação da CCDR do Algarve, em reunião de trabalho tida. Findou referindo que nesse contexto, foi determinado diligenciar uma alteração ao PDM, utilizando o mecanismo da alteração previsto no art.º 93.º e seguindo o procedimento previsto no art.º 96.º do RJIGT para as alterações ao PDM, por forma a promover a delimitação de novas áreas de habitação rural (em solo urbanizável), para 5 perímetros (Deserto, Fernandilho, Cabaços, Várzea e Monchique), bem como referir que o critério de seleção dos aglomerados teve como primordial essência, a resolução de intenções reais que foram requeridas naqueles aglomerados, sem prejuízo da análise de outros parâmetros como a população, n.º de fogos, estado de conservação dos fogos, existência de rede domiciliar de água, estado de conservação dos arruamentos e acessos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **COOPERAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, IP E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – Aprovação do Protocolo:** Foi presente uma proposta do sr. Presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o presente protocolo de cooperação. -----

----- O presidente interveio para solicitar a colaboração do técnico Eng.º Jorge Palma, a fim de prestar uma explicação pormenorizada. -----

----- O técnico Eng.º Jorge Palma usou da palavra para referir que a qualidade da água balnear do Pego Fundo sofreu um agravamento em 2014,

baixando de Excelente para Boa, sendo necessário adotar algumas medidas com vista à correção desta situação, nomeadamente o aumento da frequência das análises microbiológicas da água balnear, de mensal para semanal. Contudo, a Agência Portuguesa do Ambiente – Administração da Região Hidrográfica do Algarve informou este Município, em 10 de abril, que iria assegurar, no programa oficial, a amostragem com uma frequência quinzenal, pelo que o Município teria que realizar as restantes, de forma intercalada, de modo a que semanalmente seja assegurada a sua realização, bem como suportar os seus custos. Contudo, foi proposto pela APA – ARH Algarve a celebração de um protocolo de cooperação, no sentido de ser o Município a efetuar todas as colheitas semanais, num total de 20, entre 11 de maio e 27 de setembro e entregar as amostras no laboratório, em Faro. Em contrapartida a referida entidade, realizará todas as análises, sem qualquer custo acrescido para o Município. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar o porquê de se efetuar as amostragens semanalmente, tendo o Eng.º Jorge Palma usado da palavra para esclarecer que uma das razões da retirada da Bandeira Azul foi a APA/ARH Algarve ter deixado de fazer análises semanalmente. O vereador continuou a sua intervenção referindo que é favorável à frequência de amostragens, uma vez que serve igualmente de garantia e segurança dos utentes da Praia Fluvial, dado que a mesmas são afixadas. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros usou da palavra para alertar para o facto de no processo constarem períodos distintos, nomeadamente quanto à vigência do protocolo, e como tal questiona a correta, tendo o Eng.º Jorge Palma intervindo para referir que o período foi proposto pela APA, mas que poderá ser revisto. -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que o que está em causa é uma questão de texto, que poderá ser modificado, tendo o presidente aceitado as referidas alterações. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, condicionada às alterações propostas. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e

para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **REGULAMENTO DE MEDALHAS MUNICIPAIS – Aprovação do Projeto e envio para a Assembleia Municipal:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o conteúdo do projeto do Regulamento de Medalhas Municipais, bem como remeter para a Assembleia Municipal o Projeto de Regulamento, para aprovação e submissão a consulta pública. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE INTERVENÇÃO NO EDIFÍCIO POLIVALENTE DE VAQUEIROS – CANCELAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa ao cancelamento de garantias bancárias, apresentada pela firma José Quintino, Lda, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento da garantia bancária n.º 125-02-1080928, no montante de € 11.916,68 (onze mil novecentos e dezasseis euros e sessenta e oito cêntimos), a garantia bancária n.º 125-02-1337965, no montante de € 1.259,14 (mil duzentos e cinquenta e nove euros e catorze cêntimos), emitidas pelo BCP.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



-----  
----- **EMPREITADA DE INTERVENÇÃO NO EDIFÍCIO  
POLIVALENTE DE VAQUEIROS – Restituição de Caução:**

Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, tendo em vista a restituição de caução, no montante de € 13.976,93 (treze mil novecentos e setenta e seis euros e noventa e três cêntimos), alusiva a 5% e 10% do reforço de caução, à Firma José Quintino Lda, e referente à Empreitada de Intervenção no Edifício Polivalente de Vaqueiros. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a restituição da caução, no montante de € 13.976,93 (treze mil novecentos e setenta e seis euros e noventa e três cêntimos), alusiva a 5 % e 10% do reforço de caução, à Firma José Quintino Lda. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE REDE DE ABASTECIMENTO E  
SANEAMENTO DE BARRADA – Cancelamento de Garantias Bancárias:**

Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa ao cancelamento de garantias bancárias, apresentada pela firma Aquino Construções, S.A, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento da garantia bancária n.º 125-02-1299337, no montante de € 6.200,24 (seis mil duzentos euros e vinte e quatro cêntimos), emitida pelo BCP, e a garantia bancária n.º 06/212/39640, no montante de € 39.479,90 (trinta e nove mil quatrocentos e setenta e nove euros e noventa cêntimos), emitida pelo BPI.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE REDE DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO DE BARRADA – Restituição de Caução:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, tendo em vista a restituição de caução, no montante de € 1.252,55 (mil duzentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos), alusiva a 10% do reforço de caução, à Firma Aquino Construções, S.A, e referente à Empreitada de Rede de Abastecimento e Saneamento de Barrada. -

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a restituição da caução, no montante de € 1.252,55 (mil duzentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos), alusiva a 10% do reforço de caução, à Firma Aquino Construções, S.A. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – Requerente Maria do Carmo Correia Conceição:** Foi presente um requerimento de Maria do Carmo Correia Conceição, residente na Urbanização Horta do Vinagre, lote 2 1.º E - Castro Marim, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade dos prédios rústicos inscritos: ----  
----- na matriz sob o artigo matricial n.º 6 e secção n.º 3, da freguesia de Giões, no sítio dos Borralhos, com a área de 1,48 ha em nome de João Afonso Pereira; -----  
----- na matriz sob o artigo matricial n.º 8 e secção n.º 3, da freguesia de Giões, no sítio dos Borralhos, com a área de 4,788 ha em nome de João Afonso

Pereira; -----  
----- na matriz sob o artigo matricial n.º 20 e secção n.º 3, da freguesia de  
Giões, no sítio da Courela Afonso Rodrigues, com a área de 1,152 ha em nome  
de João Afonso Pereira; -----

----- na matriz sob o artigo matricial n.º 41 e secção n.º 4, da freguesia de  
Giões, no sítio da Cumiada, com a área de 4,227 ha em nome de João Afonso  
Pereira; -----

----- na matriz sob o artigo matricial n.º 43 e secção n.º 4, da freguesia de  
Giões, no sítio da Cumeada, com a área de 0,949 ha em nome de João Afonso  
Pereira; -----

----- Em regime de dois compartes, cabendo a quota de ½ em nome de  
Maria Luísa Teixeira Pereira, e 1/2 em nome de Vítor Manuel Teixeira Pereira,  
que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não  
vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade,  
emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à  
informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços  
de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e  
para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
setembro. -----

----- **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA AQUISIÇÃO DE  
SERVIÇOS – Discussão e Aprovação:** Foi presente uma proposta do sr. vice-  
presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais,  
desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar para  
efeitos do previsto no n.º 5, conjugado com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º  
82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE para 2015), e nos termos do n.º 1 do artigo  
6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.s 3-  
B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de  
novembro, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de  
Aquisição de Serviços para Assistência Técnica à Operação e Administração  
do Sistema Informático, atenta à fundamentação e pressupostos invocados no

mesmo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, produzindo a presente deliberação efeitos imediatos. -----

----- **ASSOCIAÇÃO INTER VIVOS – Atribuição de Participação**

**Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de uma participação financeira no montante de € 2.400,00 (dois mil quatrocentos euros, à Associação de Jovens do Nordeste Algarvio/Inter-Vivos, para fazer face a despesas decorrentes da execução do Plano de Atividades para o ano de 2015.-

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – CÂMARA MUNICIPAL/ASSOCIAÇÃO INTER-VIVOS:**

Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o Protocolo de Colaboração, com a atribuição de uma participação financeira no montante de € 2.000,00 (dois mil euros), à Associação de Jovens do Nordeste Algarvio/Inter-Vivos, para fazer face a despesas com a aquisição de passadeira e bicicleta, para substituição de equipamentos antigos, no ginásio.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e

para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** A sr.ª D. Cidália João, residente em Martim Longo, interveio para questionar o ponto de situação sobre o processo de construção do Edifício – Estabelecimento de Bebidas/Martim Longo. -----

----- De seguida foram prestados os devidos esclarecimentos. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas quinze horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, João Miguel Vitorino Dias, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário